



## Democracia e sociedade de mercado: um ensaio sobre as ideias comparadas de Milton Friedman e Karl Polanyi

Alexandre Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: alexandrerodriguesdasilva1976@gmail.com

Hélio Afonso de Aguiar-Filho

Professor Adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: haaf73@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho aborda as visões de Milton Friedman e Karl Polanyi sobre a relação entre economia e democracia. O objetivo é buscar contraponto à afirmação de Friedman (1985) de que a economia de mercado é a única forma de alocação econômica compatível com a democracia. Não se trata, contudo, de um exercício de engenharia social, a qual se busca combinar organização econômica e formas de governo adequadas, mas mostrar que as conclusões de Friedman estão equivocadas por estarem embasadas em uma concepção falaciosa da relação entre economia, mercado e sociedade. Em outros termos, seu liberalismo econômico incorre nos erros lógicos e conceituais aludidos por Polanyi, a saber, reduz o âmbito do econômico aos fenômenos de mercado e amplia o domínio dos fenômenos econômicos a ponto de abarcar os demais fenômenos sociais.

**Palavras-chave:** Karl Polanyi, Milton Friedman, Democracia, Mercado, Liberdade.

**Abstract:** *This paper discusses the views of Milton Friedman and Karl Polanyi on the relationship between economy and democracy. The goal is to seek a counterpoint to Friedman's assertion that the market economy is the only form of organization compatible with democracy. This is not, however, an exercise in social engineering, which seeks to combine economic organization and appropriate government forms, but to show that Friedman's conclusions are wrong because they are based in a fallacious conception of the relationship between the economy, the market and society. In other words, its economic liberalism incurs in of logical and conceptual errors alluded to by Polanyi, namely, reduces the scope of the economic to market phenomena and / or extends the domain of economic phenomena as to encompass other social phenomena.*

**Key words:** Karl Polanyi, Milton Friedman, Democracy, Market, Freedom.

JEL Code: A11, A13, N00, P50

## 1. INTRODUÇÃO

A democracia tem sido reconhecida por distintas perspectivas ideológicas como o ideal de organização política para as sociedades modernas, menos pela aspiração ao sufrágio universal ou eficácia das decisões coletivas e mais por permitir a proteção e garantias aos direitos e às liberdades individuais.

Uma discussão associada é se a democracia enquanto sistema político é compatível com qualquer tipo de organização econômica. Neste contexto, o presente trabalho destaca as ideias de Milton Friedman e Karl Polanyi que associam a noção de democracia com liberdade. O primeiro, junto com Hayek, baseia-se no conceito de liberdade negativa, que afirma os interesses individuais pela ausência de restrições impostas pelos governos; enquanto que o último se vale da noção de liberdade positiva, a qual admite políticas que restrinjam as liberdades individuais caso o objetivo seja produzir um bem maior.

A escolha de Milton Friedman e de Karl Polanyi para a realização deste trabalho baseou-se, portanto, no modo como ambos relacionam os conceitos de economia, mercado e sociedade à temática da liberdade e da democracia. O objetivo é buscar um contraponto à afirmação de Friedman (1985) segundo a qual a democracia só se torna possível em uma economia de mercado. Sustentar-se-á, por conseguinte, que as conclusões de Friedman (1985) estão equivocadas por estarem embasadas em uma concepção falaciosa da relação entre economia, mercado e sociedade. Mais especificamente, seu liberalismo econômico incorre nos erros lógicos e conceituais aludidos por Polanyi, a saber, reduz o âmbito do econômico aos fenômenos de mercado e amplia o domínio dos fenômenos econômicos a ponto de abarcar os demais fenômenos sociais.

Este artigo, além desta seção introdutória, conta com uma segunda seção onde se expõe as ideias de Milton Friedman e as de Polanyi. Conta com uma terceira seção onde se apresenta as ideias de ambos em relação às perspectivas sobre a relação entre economia, mercado e democracia. E, por fim, com uma última seção com as considerações finais.

## 2. AS IDEIAS DE MILTON FRIEDMAN E KARL POLANYI SOBRE DEMOCRACIA E MERCADO

Milton Friedman<sup>1</sup> foi um economista, estatístico e escritor norte-americano Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1976. É conhecido por sua pesquisa sobre a análise do consumo, história e teoria monetária e a complexidade da política de estabilização. Também foi um fervoroso defensor do liberalismo econômico. Enquanto Karl Polanyi<sup>2</sup>, filósofo e historiador da economia e antropólogo húngaro, é conhecido por

---

<sup>1</sup> Líder da Escola de Economia de Chicago, ele influenciou vários campos de pesquisa da economia. Durante a década de 1960, promoveu uma política macroeconômica alternativa conhecida como "monetarismo". Foi um conselheiro econômico do Presidente republicano dos Estados Unidos Ronald Reagan. Sua filosofia política exaltava as virtudes de um sistema econômico de livre mercado com intervenção mínima.

<sup>2</sup> Polanyi é lembrado por ter sido o fundador do substantivismo, uma abordagem na linha da antropologia econômica que destaca as relações entre economia, sociedade e cultura. A tese foi proposta em sua obra *A Grande Transformação*, mas, por ir de encontro às correntes dominantes do pensamento econômico da

sua oposição ao pensamento econômico tradicional. Sua principal obra é *A Grande Transformação*, de 1944, se constituindo como modelo para a sociologia histórica. Ambos eram de ascendência judaica e obtiveram notabilidade acadêmica nos Estados Unidos: Polanyi na Universidade de Columbia em Nova Iorque a partir de 1947 e Friedman na Universidade de Chicago a partir de 1946. Diferente de Friedman, que passou sua vida toda nos Estados Unidos, Polanyi, antes de migrar para o continente americano<sup>3</sup> viveu na Áustria, tendo sido, inclusive, soldado do exército austro-húngaro na Primeira Guerra Mundial e prisioneiro de guerra do exército russo. Posteriormente viveu na Hungria e na Inglaterra, onde trabalhou como jornalista e professor.

### 2.1. *Liberdade, Democracia e Mercado para Friedman*

Milton Friedman é considerado um dos mais importantes economistas do século XX, suas ideias quanto à política monetária, tributação, privatização e desregulamentação influenciaram as políticas governamentais, especialmente durante a década de 1980. Seu livro de 1962, *Capitalismo e Liberdade*, apresenta o cerne das suas concepções de filosofia social liberal, com as propostas de políticas de alistamento voluntário, taxas de câmbio flutuantes, abolição da licença médica, imposto de renda negativo e cupons escolares.

Nesta obra, de caráter mais filosófico, o autor revisa os primórdios das ideias de liberdade econômica, desde o século XIX. Cita, entre outros autores da época, Jeremy Bentham, que afirmava a liberdade política como instrumento para o surgimento da liberdade econômica. De acordo com esta perspectiva, os dois tipos de liberdade apresentam-se como territórios inter-relacionados:

Geralmente se acredita que política e economia constituem-se territórios separados (...) que a liberdade individual é um problema político e o bem-estar material, um problema econômico; e que qualquer tipo de organização política pode ser combinado com qualquer tipo de organização econômica (...) uma sociedade socialista não pode também ser democrática, no sentido de garantir a liberdade individual (FRIEDMAN, 1985, p. 15).

Para Friedman (1985), portanto, existe uma relação íntima entre economia e política, de modo que somente determinadas combinações de organizações econômicas e políticas são possíveis. O vínculo entre democracia e a estrutura econômica baseada no mercado livre existe devido aos dois papéis da organização econômica na promoção da liberdade: a) a liberdade como fim (ao evitar situações tais como poupança forçada, restrição de viagens etc.), onde a liberdade econômica é parte da liberdade total; b) a liberdade como (meio) instrumento, onde o capitalismo de mercado separa o poder econômico do poder político, de modo que um possa contrabalançar o outro. O que a liberdade econômica faz é colocar a sociedade de mercado como fator contrário a centralização política, aumentando a possibilidade de dissolução de poderes. Uma

---

época, acabou sendo mais bem aceita pela antropologia e pela sociologia. Suas teorias também fundamentaram o movimento sócio-filosófico denominado democracia econômica

<sup>3</sup> Dada a perseguição que sua esposa sofreu durante o período do Macarthismo, Polanyi vivia em Ontário, no Canadá e lecionava em Nova Iorque.

economia de mercado, porém, é apenas condição necessária, ela por si só não garante a liberdade.

Mas o que é “economia de mercado”? Este termo foi usado pela primeira vez para designar aqueles sistemas econômicos baseados na propriedade privada e na autorregulação a partir da cooperação voluntária em um mercado livre. As principais características de uma economia de mercado são: (i) Liberdade para definição de preços de serviços e mercadorias; (ii) Mercado mediado pela interação entre produtores e consumidores; (iii) Proteção, através de leis, da propriedade privada; e, (iv) Mínima participação do Estado, através da fiscalização e regulação da economia, visando coibir práticas irregulares ou ações que possam provocar problemas ao funcionamento mercado<sup>4</sup>. O capitalismo competitivo é uma ampliação deste sistema, com maior especialização e divisão do trabalho, bem como a existência de instituições cuja função é a de intermediar as trocas. O dinheiro, por exemplo, tem sua utilidade ampliada como meio de troca para as transações.

O papel do Estado na concepção liberal é, em síntese, bem restrito. Nas sociedades capitalistas cabe a esta organização manter a lei e a ordem de modo a garantir o cumprimento dos contratos, sem interferência no funcionamento do mercado. Friedman (1985, p.44), neste sentido, destaca que:

Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. O Liberal consistente não é um anarquista (FRIEDMAN, 1985, p. 44).

A crítica de Friedman (1985) quanto ao Estado é que após a Segunda Guerra Mundial a liberdade estava sendo suplantada pelo bem-estar, através do coletivismo<sup>5</sup>, ou seja, através do planejamento econômico e sua interferência nos mecanismos econômicos autorreguladores de mercado.

---

<sup>4</sup> O Estado também pode atuar em áreas essenciais (serviços públicos) como, por exemplo, educação, saúde e segurança pública.

<sup>5</sup> Esta mudança, segundo Friedman (1985), também é uma confusão de termos: o termo “liberal” significava para os estadunidenses a priorização do bem-estar sobre a liberdade, enquanto que, ser liberal para os europeus significava ser partidário das ideias do liberalismo econômico do século XIX. Friedman afirmava que, ao se denominar como liberal, estava incluindo-se neste último grupo.

## 2.2 Liberdade, Democracia e Mercado para Polanyi

Para Polanyi (1944, 1977), a “sociedade de mercado” é fruto da sociedade liberal do século XIX, onde se passou a acreditar que a maximização dos lucros e o predomínio do individualismo através da liberdade econômica garantiriam prosperidade, bem-estar, paz e liberdade. No entanto, segundo o autor, uma sociedade que reduz toda a complexidade do ser humano a relações econômicas estaria condenada a destruição.

O próprio colapso da civilização ocidental com a eclosão da primeira Guerra Mundial serve como exemplo de como falharam as suas quatro instituições de sustentação, a saber:

A primeira era o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências. A segunda era o padrão internacional do ouro que simbolizava uma organização única na economia mundial. A terceira era o mercado auto-regulável, que produziu um bem-estar material sem precedentes. A quarta era o estado liberal (POLANYI, 1944, p.17).

Durante o período mencionado, apesar da aparente separação entre os poderes econômicos e político, ambos estavam ligados a *haute finance*<sup>6</sup>, ou aos grupos financeiros internacionais. Estes eram instituições supranacionais cujos interesses estavam no lucro. Seu interesse na paz, ou de que as Grandes Potências não entrassem em conflito, era para evitar o colapso do sistema econômico:

A *haute finance* não foi instituída como instrumento de paz; essa função lhe foi atribuída por acidente, como diriam os historiadores, enquanto os sociólogos talvez preferissem chamá-la lei da disponibilidade. O objetivo da *haute finance* era o lucro; para atingi-lo era necessário um bom relacionamento com os governos cujo objetivo era o poder e a conquista. (...) O maior perigo que os ameaçava era a guerra - não uma guerra entre pequenos países (que podia ser facilmente circunscrita), nem a guerra de uma Grande Potência contra um pequeno país (uma ocorrência bastante comum, e frequentemente conveniente) mas uma guerra generalizada entre as próprias Grandes Potências (POLANYI, 1944, p.30).

A partir daí a explicação para o colapso<sup>7</sup>:

---

<sup>6</sup> De acordo com Polanyi, a *haute finance* seria o fator anônimo capaz de desempenhar o papel anterior das dinastias e do episcopado que tornava efetivo o interesse pela paz.

<sup>7</sup> Escrevendo três meses antes do pedido de concordata do banco Lehman Brothers, marco do início da atual crise econômica mundial, o professor de economia da Universidade da Califórnia em Davies, Gregory Clark, publicou uma resenha crítica à obra-prima de Polanyi questionando-se sobre as razões da longevidade de seu interesse. Reproduzimos: “A história não foi gentil com os prognósticos de Karl Polanyi. O capitalismo de livre mercado é um sistema estável e resistente na maior parte do mundo – particularmente, nos países de língua inglesa. [...]. O padrão-ouro desapareceu, mas em seu lugar surgiu um sistema de taxas de câmbio flutuantes regulado por mecanismos de mercado. [...]. Instrumentos mais eficientes de administração monetária reduziram enormemente a severidade dos ciclos de negócios.

A civilização do século XIX não foi destruída por ataques de bárbaros externos ou internos; sua vitalidade não foi solapada pelas devastações da Primeira Guerra Mundial, nem pela revolta de um proletariado socialista ou de uma classe média baixa fascista. Seu fracasso não foi consequência de alguma suposta lei de economia, como a taxa de lucros decrescentes, a do subconsumo ou a da superprodução. Ela se desintegrou como resultado de um conjunto de causas inteiramente diferentes: as medidas que a sociedade adotou para não ser aniquilada, por sua vez, pela ação do mercado autorregulável (POLANYI, 1944, p.98).

A debilidade da sociedade do século XIX, portanto, estava na utopia de uma sociedade de mercado autorregulável. O autor explica que a emergência dos mercados não foi o resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera econômica do controle governamental, mas a consequência de uma “intervenção consciente, e às vezes violenta, por parte do governo que impôs à sociedade a organização do mercado, por finalidades não-econômicas” (POLANYI, 1944, p. 290). O desenvolvimento do sistema de máquinas complexas foi o ponto culminante deste processo, pois mudou a relação do mercador com a produção exigindo a garantia de fornecimento e a ampliação da indústria aos componentes de mercado. Com isto, a terra, o trabalho e o dinheiro tornaram-se mercadorias.

Para coibir os excessos de tal sistema, Polanyi (1944) propõe a retirada do trabalho, da terra e do dinheiro do sistema de mercado:

Retirar do mercado os elementos da produção - terra, trabalho e dinheiro - é, portanto, um ato uniforme apenas do ponto de vista do mercado, que lidava com eles como se fossem mercadorias. Do ponto de vista da realidade humana, aquilo que é restaurado pelo desmantelamento da ficção mercadoria está em todas as direções do compasso social. Com efeito, a desintegração de uma economia uniforme já está dando origem a uma variedade de sociedades novas. O fim da sociedade de mercado não significa, de forma alguma, a ausência de mercados. Estes continuam de várias maneiras, a garantir a liberdade do consumidor, a indicar a mudança da demanda, a influenciar a renda dos produtores e a servir como instrumento de contabilização, embora deixe de ser, totalmente, um órgão de auto-regulação econômica (POLANYI, 1944, p. 292).

Às nações caberia, por sua vez, moldarem suas instituições internas de acordo com suas inclinações, fugindo da uniformidade dos países no século XIX, garantindo, assim, a liberdade de organizar a vontade a vida nacional e de permitir a colaboração econômica dos governos<sup>8</sup>.

---

Medido pelo sucesso dos mercados, a civilização do século 19 parece estar desfrutando de um renascimento. O verdadeiro enigma do livro de Polanyi é, então, por que razão seu fascínio é tão duradouro tendo em vista a desconexão entre suas previsões e as realidades modernas. [...]” (CLARK, 2008[2016]).

<sup>8</sup> Polanyi (1944, p. 297) faz uma ressalva quanto a liberdade e as sociedades calcadas no planejamento central: “Foi em vão que os socialistas prometeram um reino de liberdade, pois os meios determinam os

### 3. “MERCADO IGUAL À LIBERDADE?” OU “MERCADO *VERSUS* LIBERDADE?”

Apesar de viveram praticamente no mesmo período, a base de compreensão e os estereótipos criados por Milton Friedman<sup>9</sup> e Karl Polanyi<sup>10</sup> correspondem a noções diferentes da relação economia, sociedade e mercado.

Em Friedman (1985 e 2015) a questão fundamental, negligenciada pelos filósofos, é a da relação entre liberdade e economia. O autor entende o capitalismo de mercado ou de livre empresa como o único capaz de compatibilizar a interdependência econômica, via divisão do trabalho, com a manutenção das liberdades humanas fundamentais. Nesta seção, alguns problemas serão levantados em contraponto a essa visão. O primeiro é que Friedman (1985 e 2015) acaba reduzindo o âmbito do econômico aos fenômenos de mercado, isto ocorre, por exemplo, quando iguala a economia capitalista ao mercado da concorrência perfeita neoclássica. O segundo é que sua perspectiva individualista e racionalista leva a um entendimento amplo demais do âmbito do mercado, a ponto de este abarcar a esfera da sociedade. Em síntese, Friedman (1985) afirma a expansão da troca de mercado como a verdadeira expressão da natureza humana, garantidora, por conseguinte, das liberdades fundamentais.

Em contraposição, Polanyi (1977) entende a sociedade de mercado como uma sociedade específica, baseada no padrão institucional da troca. O que é universal, segundo o autor, é a economia enquanto processo instituído de interação do homem com o homem e com o meio para provimento das necessidades humanas. Na sociedade de mercado, a economia, antes imersa no social, torna-se uma economia de mercado autorregulável, com todos os componentes da indústria, incluindo o trabalho, a terra e o dinheiro passando a se constituir em mercadorias. Essa transformação teve por base desenvolvimentos institucionais que substituíram mercados esporádicos com preços estáveis por mercados com preços flutuantes.

As subseções a seguir contrapõem as ideias de Karl Polanyi, com sua crítica à falácia economicista, às ideias de Milton Friedman e sua compreensão sobre a relação entre liberdades, democracia e mercado.

#### 3.1. *Liberdade como Fim e Falácia Economicista*

A afirmação de Friedman (1985) de que o capitalismo é o único sistema capaz de sustentar a democracia e as liberdades individuais, baseia-se na convicção de que qualquer restrição à liberdade econômica constitui também uma restrição à liberdade total do ser humano. Em tal abordagem, portanto, liberdade política e mercado livre

---

fins: a URSS, que usou o planejamento, a regulação e o controle como seus instrumentos, ainda não pôs em prática as liberdades prometidas na sua constituição”

<sup>9</sup> O modelo de economia e de sociedade de Milton Friedman corresponde a aqueles vigentes no período da economia política clássica de Adam Smith, onde a figura de Benjamin Franklin, tão bem caracterizada por Max Weber por suas características de austeridade financeira e de iniciativa individual, representa a figura do capitalista.

<sup>10</sup> Karl Polanyi analisa a relação entre economia e sociedade em outro contexto histórico, o do imperialismo, que vai do último quarto do século XIX até o início do XX, coincidindo com a Segunda Revolução Industrial. Conforme o próprio Polanyi cita e Lênin também descreve em sua obra seminal, *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*, nesta fase já não há livre concorrência, mas acordos comerciais entre grandes grupos, formando trustes e cartéis.

devem necessariamente vir acompanhados. Como exemplo de centralização econômica e ameaça aos direitos individuais e à democracia, Friedman (1985, p.18) menciona várias situações nas quais se impõem limitações à liberdade de troca:

Os cidadãos da Grã-Bretanha, que, após a Segunda Guerra Mundial, não tiveram permissão de passar férias nos Estados Unidos devido ao controle do câmbio, estavam sendo privados de uma liberdade essencial. O mesmo acontecia com os cidadãos dos Estados Unidos a quem se negava o direito de passar férias na União Soviética devido a seus pontos de vista políticos. A primeira era ostensivamente uma limitação econômica da liberdade e a segunda, uma limitação política, mas não há diferença essencial entre as duas.

De uma perspectiva liberal, os seres humanos são imperfeitos e o limite da liberdade de cada um é a liberdade do outro. Deste modo, toda e qualquer sociedade deve pressupor mecanismos que restrinjam comportamentos. Este é o problema negativo de ter de impedir as pessoas más de fazerem coisas más e, ao mesmo tempo, permitir às pessoas boas fazerem coisas boas. Caberia ao Estado o papel de garantidor do domínio da lei e da ordem. No campo econômico suas funções seriam atuar corrigindo as falhas de mercado e provendo os chamados bens públicos. Mais recentemente, esta perspectiva restritiva da ação do Estado foi radicalizada nos trabalhos dos seguidores de Milton Friedman da Teoria da Escolha Pública<sup>11</sup>. Para os defensores dessa corrente, não existem diferenças, por exemplo, entre indivíduos atuando na esfera privada e pública que justifiquem a substituição do mercado pelo Estado; as falhas de mercado são também falhas do Estado<sup>12</sup>.

Já Karl Polanyi reconhece o esforço do pensamento liberal em mostrar que o caminho da liberdade passa necessariamente pela sociedade de mercado, mas considera equivocada a afirmação de que não é digna de ser chamada livre qualquer sociedade construída sobre outros fundamentos que não os do mercado livre. O autor busca argumento nas questões do poder de Estado e do valor econômico que derivam da vida social, das instituições, e não só das relações individuais. À semelhança com o pensamento institucionalista, a ênfase é em apresentar o comportamento e as preferências individuais como socialmente construídos, com as escolhas baseando-se mais no costume e na tradição do que em algum critério hedonista.

Dentro da perspectiva institucionalista, a economia de mercado, tal como concebida pelos liberais, seria antes um obstáculo à liberdade. De acordo com o próprio Polanyi (1944, p.294):

O problema da liberdade surge em dois níveis diferentes: o institucional e o moral ou religioso. No nível institucional, é o caso de equilibrar o aumento e a diminuição das liberdades; não

---

<sup>11</sup> Posteriormente, as falhas de mercado estudadas por Friedman foram estendidas ao funcionamento do Estado pela Teoria da Escolha Pública. O que existe é um mercado político no qual grupos de interesses afetam a decisão de legisladores e burocratas, distorcendo as políticas econômicas intervencionistas. Os principais expoentes desta corrente são Gordon Tullock e o prêmio Nobel James McGill Buchanan Jr.

<sup>12</sup> Esses autores procuram salientar os custos sociais da intervenção estatal de maneira mais radical, ao mesmo tempo em que reforçam as vantagens alocativas do mercado.



se apresentam quaisquer questões radicalmente novas. [...] As instituições são materializações do significado e do propósito humano. Não podemos atingir a liberdade que procuramos, a menos que compreendamos o verdadeiro significado da liberdade numa sociedade complexa.

Ademais, associar liberdade com economia de mercado seria algo circular, porque se está querendo estabelecer a importância do mercado a partir da sua importância para uma sociedade de mercado. A esse respeito Polanyi (1977, p.226) acrescenta, “está longe de ser lógico determinar os efeitos da sua ausência [mercado] com base numa necessidade econômica que decorre da sua presença”.

Na concepção de Friedman (1985; 2015), qualquer intervenção que interfira com as liberdades de escolha (visando ao bem-estar de cada um), põe em risco a democracia, já que restringe um direito fundamental. Essa associação, no entanto, peca pela falta de precisão, porque não consegue especificar onde começa e onde termina a democracia. A estrutura institucional do capitalismo é diversa e tem mostrado uma enorme variedade de combinações entre poderes políticos e econômicos. Em todas as economias capitalistas mundiais há graus variados de intervenção do governo na ordem econômica, e nem por isso se acusa declínio no desfrute das liberdades fundamentais por parte dos cidadãos; nem tão pouco estas sociedades são consideradas como não democráticas.

A discussão sobre os papéis constitutivo e instrumental da liberdade iniciada por Friedman (1985) ganhou continuidade no pensamento liberal. Na contribuição de Amartya Sen, vencedor do prêmio Nobel de Economia, a liberdade também é um “fim” primordial, mas não de uma definição ampla e abstrata de democracia, mas como parte da própria noção de desenvolvimento humano. Pessoas sem liberdade estão privadas de algo que elas têm motivos para valorizar. Uma noção de desenvolvimento mais satisfatória tem de contar com esse aspecto das preferências e da capacidade de realização das pessoas (SEN, 2000). Em síntese, a noção de liberdade vai além da ideia de mercado livre, inclui os dispositivos ou recursos básicos necessários para capacitar os indivíduos a atuarem em uma ordem competitiva.

Ao tratar da liberdade como “fim”, Friedman (1985) comete outra falácia economicista, equiparando o mercado à economia e a sociedade, ou ampliando demasiadamente o domínio do mercado sobre o econômico e a sociedade. Segundo Polanyi (1944), este erro leva à mercantilização de coisas que não podem ser mercantilizadas, dado o fato da substância destas ser avessa às relações de mercado, tais como o trabalho, o dinheiro e a terra. Logo, aquilo que é apenas um fenômeno histórico passa a ser visto como um dado universal da natureza humana; através da ampliação do processo de divisão social do trabalho, as relações sociais ficam reduzidas a relações de trocas no mercado, restringindo as liberdades ao excluir toda e qualquer relação social que não fosse por meio de trocas.

Esta falácia é compactuada pela teoria econômica moderna, nas visões de Gary Becker, Stigler e demais membros da Escola de Chicago e seu braço na economia política, a Teoria da Escolha Pública (MEDEMA, 2015). Esta última, extensão da teoria das trocas para a relação entre Estado e sociedade, se equivoca, primeiro, por reduzir a ação humana ao seu componente econômico, desconsiderando qualquer tipo de imersão em

outras instâncias sociais. Isto é, confundem as ações não econômicas que recebem motivação econômica, como a política, com as ações estritamente econômicas (BOETTKE e STORR, 2002). Segundo por desconsiderarem que a lógica particularista da captura de renda ocorre, como o demonstrou Evans (1993), exatamente para servidores públicos atuando em Estados ‘autônomos’, ou cujas metas não decorrem da agregação de interesses sociais.

Finalmente, cabe destacar o tratamento dado aos problemas éticos. Enquanto valores que devem reger uma sociedade<sup>13</sup>, esses não podem ser superados por leis econômicas de mercado, como a maximização de utilidade (KELLER, 2007). A não observância destes princípios acarretará, conforme Karl Polanyi, em uma “sociedade enriquecida” ao mesmo tempo em que causará um “empobrecimento do indivíduo”. É isso que faz a solução de mercado de Friedman (1985, 2015), ao monetizar as relações sociais acaba reduzindo um amplo leque de questões éticas aos problemas de eficiência alocativa<sup>14</sup>.

### 3.2. *Liberdade como Meio e Falácia Economicista*

Um traço importante no funcionamento da democracia para Friedman (1985 e 2015) foi ressaltado por Max Weber<sup>15</sup>, qual seja, a necessidade de separação entre os poderes econômicos e políticos para impedir a tendência à burocratização crescente nas sociedades modernas. Em Friedman (1985) essa separação ganha uma interpretação particular, sua importância reside por eliminar uma fonte de coerção, pois o mercado livre e independente, com vários ofertantes e demandantes, constitui-se em condição para se evitar perseguições arbitrárias e discriminações. Nesse sentido, o autor argumenta que:

A liberdade política significa a ausência da coerção do homem pelo homem. A principal ameaça à liberdade é o poder de coerção, seja nas mãos de um monarca, um ditador, um oligarca ou uma maioria momentânea. A preservação da liberdade requer a eliminação de tal concentração à máxima extensão possível e a dispersão e distribuição de qualquer poder não pode ser eliminado – um sistema de freios e contrapesos. Ao remover a organização da atividade econômica do controle da autoridade política, o mercado elimina a origem do poder coercitivo. Ele permite que a força econômica seja um contrapeso ao poder político, ao invés de reforçá-lo (FRIEDMAN, 1985, p.21).

---

<sup>13</sup> Ou “*como se deveria viver*”, conforme o filósofo grego Sócrates.

<sup>14</sup> Por exemplo, estariam as pessoas dotadas de recursos financeiros dispostas a pagarem impostos para o tratamento de doenças contagiosas em populações pobres?

<sup>15</sup> Weber (1979) não vislumbrava saída para a burocratização da vida moderna, mesmo um Estado socialista teria de reforçar e ampliar os componentes organizacionais típicos do Estado moderno. O diferencial do capitalismo é que as atividades políticas e econômicas são desempenhadas por burocracias diferentes, com relativa independência entre elas.

Na equação de Friedman (1985 e 2015), a liberdade é o fim último almejado e a democracia é a forma de organização que mais se aproxima de garantir essa liberdade. Entretanto, a democracia só pode existir numa sociedade de mercado que garanta o intercâmbio voluntário. Além disto, a democracia enquanto forma de representação tem suas próprias limitações. Primeiro, é um arranjo político que tende a exigir a conformação substancial dos indivíduos às decisões colegiadas (regra da maioria). Segundo, coloca em risco a coesão social através das pautas que dividem a população. Friedman (1985 e 2015) então vai além e propõe reduzir o âmbito da esfera política em detrimento do intercâmbio de mercado, onde a divisão do trabalho e a especialização de funções garantiria a cooperação individual e voluntária de forma mais proporcional, sem coerção. O mais paradoxal é que a ciência política desde Schumpeter (1961), na linha dos pressupostos atomistas e racionalistas de Friedman (1985), vem caminhando no sentido de considerar a atividade política como uma espécie de mercado, onde as elites políticas competem pela preferência dos eleitores.

Já os estudos históricos e antropológicos de Polanyi (1944 e 1977) reconhecem uma variedade de estruturas institucionais e de sistemas econômicos. O autor aponta que na maioria das sociedades a economia está imersa no social e nem a produção nem a distribuição estão ligadas a interesses específicos. O que dá estabilidade e unidade a estas economias é a combinação dos princípios comportamentais da reciprocidade, distribuição e domesticidade com os padrões institucionais da simetria, centralidade e autarquia, respectivamente. Já para a economia de mercado, surge um princípio de comportamento específico, a permuta. Este princípio, contudo, não está baseado em uma propensão inata na natureza humana, como sugerem os economistas ortodoxos, mas surge de transformações institucionais que fizeram da fome e do ganho os móveis principais da ação humana. Neste tipo de sistema a economia passa a ser controlada, regulada e dirigida apenas por mercados. Toda a produção é para venda e toda renda deriva da venda, ou seja, deve existir mercado para todos os elementos da indústria.

O século XIX representou o auge do sistema de livre mercado em que “em vez de o sistema econômico estar integrado no tecido das relações sociais, estas relações encontravam-se agora integradas ao sistema econômico” (POLANYI, 1968, p. 62). O resultado deste experimento foi, como mencionado, um enfraquecimento da civilização, ao colocar a paz como um efeito dos esforços da *haute finance* por lucro e não como um objetivo em si. As ideias de Milton Friedman, e sua generalização do capitalismo de livre concorrência correspondem exatamente a esse período e tem por base a noção de maximização de utilidade como suporte para o processo de busca de lucro através do esforço individual. A livre concorrência, a liberdade dos mercados e a liberdade política são a tônica desta fase. Posteriormente, a tendência dentro do sistema tem sido de centralização e de concentração, de modo que a concorrência perfeita da economia neoclássica mais cedo ou mais tarde torna-se algo diferente, a concorrência oligopolista<sup>16</sup>. Pode-se dizer de forma bastante conclusiva que a ideia de um capitalismo proporcionando um amplo número de concorrentes que oferecem proteção a consumidores e vendedores contra o arbítrio, não se verifica historicamente.

---

<sup>16</sup> Ao analisar a economia capitalista na década de 1940, Sweezy (1946), por exemplo, já observava a enorme concentração financeira e econômica, com expressivas fatias do mercado dominadas por um pequeno número de empresas extremamente poderosas e ricas.

As grandes corporações, ao restringirem o mercado, estendem seu poder diante do Estado, imbricando-se nele, com o objetivo de usar potencialmente seus recursos para interesses privados, e não o interesse da sociedade. Isso apenas não ocorreu explicitamente justamente onde o Estado precisou intervir para manter a concorrência, evitando megafusões e criminalizando - ao menos em teoria - a cartelização e combinação de preços entre oligarquias constituídas. Os riscos à democracia surgem pelo crescimento do poder corporativo das grandes empresas e das finanças, na forma de *lobbies*, capturando as instituições legislativas e judiciais. Impor restrições às relações de mercado, portanto, seria condição para tornar mais ampla e mais geral a liberdade, fazendo com ela deixe de se confundir com privilégio. Isto é, distribuir aos outros a liberdade que os ricos têm não pode nunca, segundo Polanyi (1944), ser confundido com servidão.

Em síntese, enquanto Friedman (1985 e 2015) seguindo princípios racionalistas e individualistas considera a democracia de mercado como a máxima expressão da natureza humana, garantidora das liberdades fundamentais, Polanyi (1968) salienta os aspectos históricos e sociais que produziram a sociedade de mercado atual. Na sua concepção, a questão da democracia no capitalismo é também uma questão de procurar respostas para o problema criado pelo próprio advento da indústria, pois a consequência da introdução de máquinas complexas especializadas no sistema comercial foi a mercantilização de todas as etapas da produção e das relações humanas. Sua ênfase, por conseguinte, recai sobre a necessidade de subordinar a economia às exigências da natureza do homem, ou seja, o processo econômico deve se adaptar aos anseios da sociedade, e não o contrário.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática sobre liberdade e democracia dentro da economia mostra-se algo complexo na medida em que se corre o risco de estender para outros temas como a relação entre ética e democracia, por exemplo. No presente trabalho, os esforços foram no sentido de ater-se à relação entre democracia e economia de mercado.

A análise permitiu concluir que as ideias de Milton Friedman sobre economia e mercado partem de premissas no mínimo equivocadas. A primeira é por trabalhar períodos específicos da história extrapolando a necessidade de aplicar suas instituições para outros tipos de sociedade e contextos. A segunda, é que o dilema entre liberdade e regulação está falsamente colocado pela tradição liberal. A regulação tanto amplia quanto restringe a liberdade, sendo necessária uma avaliação específica para cada sociedade em relação às liberdades perdidas e recuperadas em decorrência da intervenção.

Outros equívocos mais específicos podem ser apontados da posição de Friedman. O autor omite a enorme variedade e combinações de arranjos institucionais dentro do próprio capitalismo. Omite a tendência à centralização e concentração econômicas e captura e controle do Estado por interesses privados. Omite as restrições à liberdade de escolha e a manipulação das preferências coletivas pelos interesses corporativos das grandes empresas. Omite e estreita o tratamento das questões éticas, empobrecendo o conceito de ser humano ao reduzir as relações humanas às relações de trocas no mercado. Por fim, omite aquilo que a história até a segunda guerra demonstrou, ou seja,

que o resultado da separação institucional do político e do econômico foi gerar mais liberdade à custa da justiça e da segurança.

Já Karl Polanyi demonstra a existência ao longo da história de vários tipos de arranjos institucionais e padrões comportamentais sem vínculos com a troca. As instituições são concebidas como a materialização do significado e do propósito humano, de modo que para entender a liberdade, é necessário entender o significado da liberdade em um contexto onde o poder e as pulsões humanas importam. Entender que a cooperação entre o político e o econômico é necessária, já que os próprios meios que se criam para garantir a liberdade podem adulterá-la e destruí-la.

A crítica de Polanyi, portanto, é dirigida tanto ao reducionismo quanto ao determinismo das concepções liberais. Reduccionismo por associarem economia de mercado com liberdade de troca; determinismo por estabelecerem a importância do mercado a partir da sua importância para uma sociedade de mercado. Neste sentido, uma condição para tornar mais ampla e mais geral a liberdade seria a imposição de restrições à mercantilização de itens específicos, como a terra, o trabalho e o dinheiro. Isto de forma alguma implicaria na ausência do mercado, este apenas deixaria de ser um órgão de auto-regulação da economia.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOETTKE, P.; STORR, V. H. Post-classical political economy: polity, society and economy in Weber, Mises and Hayek. *The American Journal of Economics and Sociology*. New York, v. 61, n. 1, p. 161-191, jan. 2002.
- CLARK, G. Reconsiderations: 'The Great Transformation' by Karl Polanyi. Disponível em <<http://www.nysun.com/arts/reconsiderations-the-great-transformation-by-karl/79250/>>. Acesso em 04 de novembro de 2016.
- EBENSTEIN, A. *Milton Friedman: a biography*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007.
- EVANS, P. O Estado como Problema e Solução. São Paulo: *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, n. 28-29, abril, 1993.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- FRIEDMAN, M.; FRIEDMAN, R. *Livre para Escolher: um depoimento pessoal*. Editora Record. Rio de Janeiro-São Paulo, 2015.
- KAUN, D. What does economic freedom buy? *Journal of Socio-Economics*, 31, 2002.
- KELLER, C. Smith versus Friedman: Markets and ethics. *Critical Perspectives on Accounting*, 18 (2007) 159–188.
- MEDEMA, S. Identifying a 'Chicago School' of Economics: On the Origins, Diffusion, and Evolving Meanings of a Famous Brand Name. Disponível em: <[https://bfi.uchicago.edu/sites/default/files/research/Medema\\_Identifying\\_a\\_Chicago\\_School\\_-\\_Sept\\_2015.pdf](https://bfi.uchicago.edu/sites/default/files/research/Medema_Identifying_a_Chicago_School_-_Sept_2015.pdf)> ultimo acesso em 01 de outubro de 2016.
- POLANYI, K. *The Great Transformation: the political and economic origins of our Time*. Karl Polanyi Beacon Press, 1944.
- POLANYI, K.; DALTON, G. *Primitive and Archaic Modern Economies*. Essays of Karl Polanyi. New York: Anchor Books, 1968.
- POLANYI, K; PEARSON, H. (Ed.). *The Livelihood of Man*. New York: Academic Press, 1977.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEN, A. *O Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.  
SWEETZ, P. *The Theory of Capitalist Development*. London: D. Dobson, 1946.  
WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.